



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

SERVIÇO SOCIAL, SUBJETIVIDADE DO FAZER PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NA DIVERSIDADE SOCIAL

Ilaiane Coelho Souza¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar a prática profissional do assistente social realizando uma reflexão entre a religião e código de ética da profissão. É certo que todos os profissionais se baseiam no código de sua devida profissão, não sendo diferente o serviço social. Primeiramente apresentou-se os 5 códigos de ética da categoria de serviço social, contudo, nos interessa refletir sobre os valores e crenças do profissional de serviço social antes e depois de conhecer seu código, mostrando suas mudanças até chegar ao atual código de ética de 1993. Em seguida, apresentamos o perfil do assistente social de 1930 aos dias atuais. Foi abordado ainda sobre a diversidade no serviço social na sociedade contemporânea. Dessa forma, a pesquisa realizada na elaboração deste artigo foi de natureza básica e cunho qualitativo, caracterizando os objetivos como pesquisa exploratória, o método de captação das informações em pesquisas bibliográficas em livros, artigos, sites.

Palavras-Chave: Código de Ética, Valor Individual, Conservadorismo, Diversidade.

Abstract: The present work aims to investigate the professional practice of the social worker conducting a reflection between the religion and code of ethics of the profession. It is true that all professionals are based on the code of their proper profession, and social service is not different. Firstly, the 5 codes of ethics of the category of social service were presented, however, we are interested in reflecting on the values and beliefs of the social service professional before and after knowing his code, showing his changes until arriving at the current code of ethics of 1993, then we presented the profile of the social worker from 1930 to the present day, was also discussed about the diversity in social service in contemporary society. Thus, the research carried out in the elaboration of this article was of a basic nature and qualitative character, characterizing the objectives as exploratory research, the method of capitation of information in bibliographical researches, in books, articles, sites.

Key words: Code of Ethics, Individual Value, Conservatism, Diversity.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a atuação do Assistente Social frente a sua própria conduta, trazendo assim uma reflexão entre o código de ética e valores adquiridos durante sua trajetória enquanto ser social, participante de diversas interações.

No primeiro momento, propôs-se realizar um breve histórico do surgimento da profissão e o nascimento do código de ética de 1947, seguindo com as mudanças dos códigos até chegar ao atual, de 1993, apontando, assim, a evolução do profissional de serviço social, pontuando ainda teorias e metodologias seguidas pelo serviço social ao longo das décadas.

¹ Profissional de Serviço Social, Centro Universitário Fаметro, E-mail: ilaiane.coelho@hotmail.com.

No segundo momento, apresentou-se o perfil dos assistentes sociais de 1930 até os dias de hoje, mostrando os valores ideológicos da categoria. Logo, inserido no contexto atual, mostrou-se um dos grandes desafios do assistente social a diversidade.

2 SURGIMENTO DA CATEGORIA DE SERVIÇO SOCIAL, OS VALORES INDIVIDUAIS E OS CÓDIGOS DE ÉTICA DA PROFISSÃO

Os seres humanos consolidam seus valores, condutas e posicionamentos sobre determinado assunto a partir da sua formação doméstica, escolar e âmbito social. Dessa forma, ao ingressar em um campo profissional, terá competências e deverá acatá-las para cumprir o código de ética profissional, ou seja, da formação inicial os seres humanos apreendem valores e com mais informações deveriam aprimorá-las. Sendo assim, ressaltamos que iremos dialogar entre os valores individuais e profissionais, ou seja, entre dogmas advindos da trajetória de vida e deveres contidos no código de ética profissional do serviço social.

Para os sociólogos, aprendemos a viver em sociedade a partir das interações sociais. Durkheim nos ensina que ao nascermos já temos preparada uma religião a qual vamos seguir, uma escola aonde iremos aprender, uma família a qual nos ensinará como conviver melhor em sociedade. Weber nos apresenta as interações sociais, como ações que praticamos a partir da convivência com o outro, ou seja, respondemos ao estímulo do outro, ação afetiva ou ação racional. Marx apresenta que somos movidos a partir da nossa relação com o trabalho. Na referida, aprendemos e recriamos com as apreensões que fazemos da natureza. Dessa interação, mudamos a natureza e mudamos nossas práticas.

Nesse entendimento, somos frutos das relações sociais e aprendemos com o outro. Esse outro pode ser família, amigos, escolas e demais grupos aos quais pertencemos. Assim, uma criança que se desenvolve ouvindo todas de boi possivelmente gostará de todas de boi, uma criança ensinada pelos pais evangélicos dogmáticos possivelmente aprenderá durante todo processo de desenvolvimento o certo e errado a partir dos ensinamentos religiosos, da mesma forma uma criança ensinada a aceitar a diversidade, ensinada a não ter tabus, a ter pensamento livre, possivelmente tornar-se-á um adulto livre de pré-noções. Por outro lado, possivelmente haveria choque entre valores quando a criança religiosa dogmática se deparasse na vida adulta com uma ação contrária aos valores que lhe foram ensinados. Na verdade, acreditamos que qualquer pessoa que encontrar com algo diferente do que lhe foi ensinado terá um choque de realidade.

Para refletirmos sobre o assunto, faz-se necessário pontuar os seus cinco códigos de ética que fortaleceram a profissão de serviço social.

Assim, ao pensar sobre a profissão de serviço social no Brasil, começaremos pelo ano de 1929. Nesse contexto, o mundo era afetado pela crise conhecida como “A quebra da bolsa de valores” que ocorreu em Nova Iorque. No Brasil, ocorreu um alto índice de desemprego, consequência desta crise.

O país estava fazendo a mudança na sua base econômica saindo de rural para urbano e é nesse cenário que a profissão de serviço social atuará em prol de sanar as demandas vindas dessa mudança, ou seja, vindas com a chegada de indústrias no Brasil. Entende-se que muitas pessoas migraram da área rural para as cidades em busca de emprego e conseqüentemente de melhorias financeiras, mas as condições de vida da população migrante na cidade não eram como se esperava, não havia moradias adequadas, os locais de trabalho eram insalubres, a mão-de-obra era barata, principalmente de mulheres e crianças.

Muitas famílias moravam na rua. Essa situação trouxe a superlotação de cidades com um alto índice de mortalidade e miséria, o que potencializou o pauperismo e exploração no Brasil, uma época de profundas crises econômicas, com a pobreza e a miséria se alastrando, conseqüências do rápido crescimento urbano e industrial.

Com a fase turbulenta nessa época, a burguesia não conseguia controlar as diversas manifestações da classe trabalhadora que reivindicava por justiça social e melhores condições de trabalho. Com interesse de manter a exploração da força de trabalho, a classe burguesa juntou forças com o Estado para acalmar a classe operária, “mantendo” assim a harmonia social.

Não podemos esquecer que uma grande força influenciadora dessa época era a igreja católica e tinha acordo com o Estado para conter as mudanças ocorridas na época. Conforme Cardoso (2013), com o apoio do projeto conservador da Igreja Católica, o Estado procurou conter as mudanças trazidas pela industrialização a partir de uma proposta de humanização, com estratégia de intervenção o processo de descristianização que interferiu fortemente na vida cotidiana da classe trabalhadora.

Sendo assim, toda ação do assistente social na época partia da igreja católica, com suas crenças e formas conservadoras cristãs. Assim, todo projeto realizado tinha como foco beneficiar apenas os interesses da aliança conservadora. A questão social era vista como uma desordem e deveria ser tratada de forma opressora e compulsiva.

É relativo ao código de ética, o primeiro, sabe-se que ele tem a influência da igreja católica e de seus princípios religiosos, sendo assim, sobre os deveres do assistente social, nessa época, afirma que os compromissos assumidos deveriam seguir a lei de Deus, os direitos naturais do homem, tendo sempre em mente o juramento prestado diante de Deus. Assim, a relação e atuação do serviço social na época era vinculada e determinada pela igreja católica, com os princípios do Cristianismo, juntamente com o Neotomismo propondo

no caminho do bem. A moral e a ética eram conceituadas como ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal e esse era um dos princípios mencionados no código de ética de 1947.

Via de regra, as pessoas atendidas pelo assistente social eram vistas como desajustadas, assim, os assistentes sociais iriam educá-los para fazerem suas escolhas de acordo com os valores da igreja. O princípio da liberdade estava entrelaçado com os valores morais da caridade cristã. A liberdade do indivíduo seguia a lei de Deus e suas escolhas deveriam ser a partir de um bem supremo, tudo isso baseado na noção neotomista. Conforme Araldi,

O princípio da liberdade no Código de Ética de 1947 apresentava-se como um valor central, e, estava inspirado nos valores morais da caridade cristã. Baseada pela concepção neotomista, a liberdade do indivíduo se expressava a partir da escolha do bem supremo, conforme as leis de Deus. Nesse caso, os indivíduos deveriam ser educados para fazer escolhas de acordo com os valores cristãos (ARALDI, 2007).

Em se tratando dos deveres do profissional de serviço social com os usuários, ressaltavam-se o respeito ao beneficiário e a dignidade da pessoa humana sendo inspirado na caridade cristã. Dessa forma, a dignidade da pessoa humana deveria ser conversada, assim como a relação dos assistentes sociais com outros profissionais que deveria ser sempre de forma harmônica.

Quase duas décadas após o primeiro código de ética, em 1964, a ditadura militar foi instaurada, um tempo diferenciado. Um tempo marcado pela repressão, censura e violência. Uma época em que, no âmbito político, foi marcada por falta de democracia. Muitos jovens e líderes de movimentos sociais foram mortos lutando contra a ditadura.

Nesse contexto histórico, revisões foram necessárias ao serviço social. No novo código de ética, acredita-se no ideário desenvolvimentista e não mais na defesa de fazer o bem para evitar o mal, acreditava-se na harmonização entre as classes.

O código de ética de 1965 era baseado em um período que, conforme Netto (1996), se consolida na autocracia burguesa no Brasil. Nesse período, confirma-se “uma tendência do desenvolvimento social e político que acabou por modelar um país novo”, Netto analisa os aspectos desse “novo país” e aponta as condições que desenvolveram certas tendências, paradigmas e linhas de reflexão no Serviço Social” (NETTO, 1996, p. 16), destaca-se a projeção histórico-societária que caracteriza como modernização consensadora. Nesse período onde o domínio é da burguesia, em nome do desenvolvimento, foram controladas as lutas sociais, preconiza-se o processo sob atividades econômicas voltadas ao mercado externo, lançam-se as bases para hegemonia burguesa orientando-se para a “construção de um projeto de modernização sem ruptura com o estatuto colônia” (NETTO, 1996, p. 16).

No serviço social, destaca-se tendências teórico-metodológica o cientificismo voltado para a autocracia burguesa, impondo às profissões o aprimoramento das bases científicas. Essa necessidade está mencionada na introdução do Código de Ética de 1965: “O Serviço Social adquire no mundo atual uma amplitude técnica e científica, impondo aos membros da profissão maiores encargos e responsabilidades” (CFAS, 1965, p. 1).

O código de 1975 manteve o moralismo e o conservadorismo do antigo código, porém o Estado passa a atuar como um administrador da neutralidade, na defesa da ordem do “bem comum”, mantendo a permanência da moral crítica. O tradicionalismo é readquirido, porém tem como fundamento a moralidade, sustentado pelo marxismo. Nesse novo código, foram eliminadas as referências democráticas liberais do código de 1965 e retirou-se o dever do pluralismo. Esse código também tem marcas do processo de globalização, determinado por empresas multinacionais, ou seja, “o assistente social deve: participar de programas nacionais e internacionais, destinados a elevação das condições de vida e correção dos desníveis sociais”. (CFAS, 1975, p. 12).

É importante ressaltar que os dois últimos códigos, de 1986 e 1993, representam para a categoria uma ruptura da prática tradicional/ conservadora, ética e ideo-política do serviço social. No código de 1986, os assistentes sociais passam a ter a permissão regulamentada pelo código sobre denúncias. Denúncias relacionadas à instituição e a outros profissionais. A intervenção do assistente social ainda estava ligada à questão de “ajustar” e de evitar qualquer conflito interno. Esse código prioriza o trabalho em equipe e com grupos, dentro de uma análise coletiva, porém tratava-se de um código que estava limitado a estruturas institucionais e, dessa forma, dava-se por base teórica insuficiente, perdendo a qualidade de um atendimento individual.

O contexto histórico na qual se construía o referido Código se remete à revisão de valores profissionais, que se desenvolveram em nível nacional e internacional, que confrontavam o conservadorismo e buscavam o espaço social para a redemocratização. Um outro ponto que merece destaque nesse período é a maturidade teórica e política expressa pelo novo projeto profissional, a potencialidade crítica que promove a interlocução com outras áreas de conhecimento e desenvolve a área da pesquisa inspiradas na ideologia marxista.

Sendo assim, o código de 1986 tenta romper com o conservadorismo, traz nele uma ação profissional que tem um caráter político e que venha intervir de forma ética, pelo compromisso com a classe trabalhadora. Nesse código, o profissional já era um mediador de conflitos para necessidades sociais. No geral, o código de ética de 1986 apresenta uma ação profissional com caráter político de uma intervenção ética, pelo compromisso com a classe trabalhadora, com a realização dos direitos e a mediação para o atendimento das necessidades sociais. O contexto histórico do final dessa década foi favorável para o avanço

na história do Serviço Social, pois o Código de Ética estava em meio à reorganização política da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e da própria categoria profissional.

O código de ética de 1993, com resolução 533 do Conselho Federal de Serviço Social, veio romper completamente com o conservadorismo, trazendo deveres e atribuições mais ampliadas. É importante lembrar que o sujeito não era mais visto como um carente desajustado que precisava ser ajudado, mas sim um sujeito de direito e o assistente social um mediador de conflitos e viabilizador de direitos.

O Código de Ética de 1993 (CE/93), vigente até os dias atuais, marca de fato o segundo momento da trajetória do projeto profissional do Serviço Social, possuindo uma perspectiva teórico-crítica sobre a sociedade de classes. É organizado por meio de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos e, também, parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional (BARROCO; TERRA, 2012).

Esse novo olhar crítico da profissão tem por pressuposto teórico-metodológico a teoria social de Karl Marx, que objetiva justamente uma leitura crítica da sociedade capitalista, observa que a realidade dos indivíduos é histórica e está em meio a processos econômicos, políticos, sociais e culturais.

O código de ética de 1993 traz parâmetros que os assistentes sociais devem seguir, princípios fundamentais que precisam ser apreendidos pelos profissionais. Podemos destacar os princípios fundamentais: o reconhecimento da liberdade, a defesa aos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, favorecimento da equidade e justiça social, a eliminação de todos os tipos de preconceitos, a garantia do pluralismo, a opção por um projeto profissional que vise à construção de outra forma de sociedade (sem exploração). A liberdade, enquanto valor ético central, é compreendida enquanto algo construído de forma coletiva, logo a plena liberdade de realização de cada um requer a plena realização de todos, o que difere com o conceito preconizado pelo sistema capitalista de liberdade individual, reforçada pelo individualismo.

2.1 TEORIA E HISTÓRIA: O PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL DE 1930 AOS DIAS ATUAIS

O perfil de uma categoria profissional pode ser entendido a partir de suas teorias e valores norteadores da profissão. As teorias serão refletidas nas metodologias de uma prática profissional, dessa forma, profissionais de uma determinada área seguem uma espécie de cartilha que os unem enquanto categoria profissional. Entre os profissionais de serviço social, a primeira teoria consensuada foi o Tomismo. Ela refere-se às doutrinas de

São Tomás de Aquino, tendo “verdades” reveladas e com uma filosofia caritativa, isto é, entre a fé e a razão, sendo assim, existia a necessidade de salvar o corpo e a alma.

Para Santo Tomás, a primeira realidade a ser explicada deve ser Deus, que é a fonte de todos os seres. Após analisar a existência de Deus, analisa o homem, a pessoa humana e entende que a pessoa humana é composta de duas substâncias incompletas, a alma e o corpo. É da transformação dessas duas substâncias em uma única que resulta o ser humano, distinto de qualquer outro ser. Esse ser dotado de razão é capaz de escolhas, de saberes, de vontades. Santo Tomás afirma que a sociedade é a união dos homens com o propósito de efetuar algo comum (COOK apud AGUIAR, 1982, p. 43).

Toda forma de governo, desde que garanta os direitos da pessoa e o bem-estar da comunidade seria boa e o Estado deveria respeitar a igreja. Assim, não deveria existir conflito entre fé e razão. É entendido também que toda forma de autoridade deriva de Deus, respeitá-la é respeitar a Deus. Essa visão com relação a autoridade e ao Estado será reafirmada no Neotomismo em 1879, que atribui à sociedade uma ideia de “bem comum”, ou seja, que, por si só, é considerada harmoniosa, sendo assim, o indivíduo que não se enquadre nessa perspectiva é visto como “anômalo”, “desviante”.

Assim, é possível perceber o posicionamento do serviço social brasileiro nos seus primeiros anos de atuação e o seu não questionamento à ordem vigente. Com essa teoria, percebemos a relação do assistente social com a igreja e sua atuação, ou prática com base na fé e ajuda ao próximo, um profissional inclinado para obedecer às ordens da igreja. Portanto, o profissional de serviço social tem um perfil caritativo fortemente conduzido pela doutrina católica.

Logo, o serviço social tinha como objetivo e/ou finalidade o processo de recristianização dos indivíduos com caráter missionário da intervenção que privilegiava a dimensão restauradora dos bons costumes e da moral.

O perfil desse profissional vai elevando e mudando conforme o contexto social em que o mesmo está inserido, assim, no período nominado desenvolvimentista, esse mesmo profissional buscava apoiar o crescimento econômico, com forte intervenção do Estado e baseado na industrialização e infraestrutura.

Essa teoria surgiu como resposta à Grande Depressão dos anos de 30, tendo como ideias a proposta do Keynesianismo. Tal proposta tinha como destaque a implantação de indústrias pesadas em grandes e principais países da América Latina. Um processo de modernização na qual a economia fazia parte, pois tratava-se de integrar o território dando-lhe infraestrutura, tecnologia e emprego.

Nesse período, o assistente social passa a atuar no âmbito institucional, sendo o responsável pelo trabalho junto aos sujeitos sociais. Na ótica funcionalista, a proposta institucional é colocar o conflito no conjunto da estrutura social aceitável, adequando o

usuário aos seus recursos. Logo, o assistente social é um profissional institucionalizado e o saber produzido e aplicado do assistente social está a serviço da instituição, e esse serviço lhe confere legitimidade, ou seja, o assistente social tem uma função a cumprir.

O Serviço Social absorveu essa função de caráter funcionalista, pois para a profissão eram propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, um perfil voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, sempre buscando padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, enfim, um aperfeiçoamento da ação profissional acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YASBEK, 1984, p. 71).

A partir de 1965, seguindo as teorias inovadoras, críticas, aceitas pelos pensadores das áreas de humanas, os assistentes sociais também irão aderir a esse novo movimento, crítico dialético, influenciados especialmente pela revolução de 1959. Desse ano até 1980, o serviço social brasileiro reorganiza a sua base teórica e assume um posicionamento a favor dos seguintes princípios, segundo Código de ética de serviço social de 1993, pág. 23 e 24.

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Logo, tanto o projeto ético-político quanto o código de ética de 1993 traz um olhar com menos desigualdade. O projeto societário é constituído pela satisfação das necessidades sociais e, com isso, suas ações conseguem mudar a sociedade, mas o projeto profissional de Serviço Social, denominado projeto ético-político, está vinculado ao projeto societário de transformação da ordem social vigente capitalista, ou seja, ele não é um projeto societário, mas está vinculado a um projeto de transformação da sociedade e exige um direcionamento ético e político dos profissionais para uma intervenção profissional, pois a atuação ocorre em meio ao movimento contraditório de classes.

Esse projeto ético-político é, na verdade, o compromisso da categoria de Serviço social com a classe trabalhadora. Sua gênese foi marcada no final da década de 1970, por meio do Movimento de Reconceituação, movimento esse que mostra o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo e com seus conteúdos tanto teóricos quanto político. O projeto profissional avançou pela década de 1980, consolidou-se em 1990 com a materialização do Código de Ética de 1993.

Conforme Yamamoto (2012, p. 224), esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, a ação profissional não é mais orientada pelo conservadorismo, mas conduzida por outras leituras, como exemplo a ontologia social de Marx.

Esse projeto da categoria se concretiza por meio das ações e reproduções profissionais cotidianas. Sendo assim, existem três dimensões que se articulam e constituem a materialidade do projeto ético-político da profissão de Serviço Social, são elas: a dimensão da produção de conhecimento pelos assistentes sociais, a dimensão político-organizativa e a jurídico-política da categoria profissional.

A primeira dimensão refere-se ao teórico-metodológico da profissão, que se manifesta na construção de conhecimento realizado pelos próprios profissionais, com embasamento na teoria-crítica do pensamento social. Observa-se que, assim, não há pressupostos conservadores que visem a manutenção da ordem.

A segunda dimensão remete-se à forma política de como está organizada a profissão, por meio de entidades representativas, como: os Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e as outras associações políticas e os movimentos estudantis representados pelos Centros Acadêmicos (CAs) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

E a terceira dimensão refere-se à jurídico-política que apresenta as formas jurídicas da profissão, corresponde aos conjuntos de leis e resoluções que compõem a profissão de Serviço Social, tais como: o atual Código de Ética de 1993, a Lei 8. 662/93 de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional. Podemos citar, também, a Constituição Federal de 1988, do Título VIII, da Ordem Social. Segundo Iamamoto (2012), esse conjunto de legislações apresenta uma defesa à autonomia profissional e reforça a garantia do exercício da profissão.

Por meio dessas três dimensões, o projeto ético-político pretende construir uma nova ordem societária, que supere a ordem social, econômica e política que se apresenta atualmente como hegemônica, ou seja, a atual ordem capitalista. A partir do caráter marxista, com a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos, técnico operativo e ético-político é que o projeto ético-político preconiza valores emancipadores universais e, especificamente, a emancipação política e humana.

O profissional de serviço social comprometido com o projeto ético-político busca, mediante estratégias político-profissionais, competência política, criticidade e criatividade. Ele deve criar condições para o exercício da liberdade nos espaços coletivos cotidianos e nos campos de luta.

Nesse prisma, é exigido um novo perfil profissional que seja um bom técnico operativo “informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais”, afirma Iamamoto (2012, p. 114), um profissional que seja capaz de perceber a capacidade dos homens, além de conseguir formular, projetar, avaliar e organizar propostas para as políticas sociais e fortalecer as forças da sociedade civil.

2.2 A DIVERSIDADE NO SERVIÇO SOCIAL

Sabe-se que na atualidade um dos desafios do assistente social é a leitura, compreensão e estratégias para lidar com a diversidade gênero, religião, deficiente, raça, opinião, visão, dentre outros fatores. O assistente social, sendo um profissional propositivo e seguindo seus princípios, deve entender que o respeito a essa nova demanda é de suma importância. Não cabe ao profissional negar qualquer tipo de atendimento ao usuário, pois, caso isso aconteça, o profissional está sujeito às penalidades que o código de ética determina. Sobre essa nova demanda, segundo Iamamoto, (2006) é nesse contexto de antigas e novas demandas que se reconfiguram o fazer da/o assistente social. Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação.

A diversidade é a pluralidade, variedade, diferença ou junção de múltiplos aspectos que se diferenciam entre si, como: diversidade cultural, diversidade biológica, diversidade

étnica, linguística, religiosa, gênero. O respeito às diferenças está colocado como ponto central na profissão do Assistente Social, tendo, ainda como um dos princípios da profissão ao defender o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Em relação ao atendimento a essa diversidade, exige-se o respeito na abordagem, no acolhimento e até na escuta. O assistente social precisa compreendê-lo em seu universo, ofertando espaços de acolhimento, de escuta qualificada que permita que os usuários se expressem sem medo, respeitando, sobretudo, suas crenças, seus valores, suas escolhas e o entendimento de vida da pessoa que se atende.

A atuação do Assistente Social deve, portanto, buscar sempre mecanismos de atendimento a esse segmento da população de forma a promover a inclusão social e a garantia de direitos. Vejamos a visão de Ferreira (2011) quando se trata da diversidade e da desigualdade na contemporaneidade.

[...] a desigualdade social, da maneira como ela está estruturada e enquanto expressão da questão social é, para o neoliberalismo, não só um valor positivo [...]; expressões de violência, discriminação, estigma e preconceito enquanto aspectos concernentes e essenciais à desigualdade social e para a manutenção do status quo, muito embora sejam realidades das quais os sujeitos individuais e coletivos se deparam no cenário contemporâneo, são também frutos de contextos históricos originários, em sua base, das relações entre as pessoas (FERREIRA, 2011).

Logo, o assistente social deve descobrir novas estratégias e propostas para atuar segundo o seu código de ética com essa nova demanda, descobrindo formas para a viabilização dos direitos e mecanismos para a inclusão social dos mesmos. Um cenário de lutas na qual essa diversidade vem crescendo e enfrentando além do preconceito a sua aceitação e respeito dentro da sociedade. O Serviço social é contra qualquer forma de discriminação, seja relativo à classe social, à etnia, à religião, à orientação sexual, identidade de gênero. Logo, Yamamoto afirma que:

Redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade (Yamamoto, 2006, p. 75).

Assim, podemos afirmar que a sociedade sofre por diversos processos de mudanças e cabe à categoria estar atualizada, ter uma leitura mais clara do atual contexto histórico, formando estratégias para que sua atuação seja conforme seus princípios citados em seu código de ética.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A.G. **Serviço social e filosofia**: das origens à Araxá. São Paulo: Cortez/UNIMEP, 1984.

ARALDI, Elmides Maria. **Apreensão teórico-crítica da categoria liberdade no cotidiano**: uma contribuição para as reflexões do projeto ético-político do serviço social.135. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.

CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013

CONSELHO Federal de Assistentes Sociais (CFAS). **Código de ética profissional, 1965**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf. Acesso em: 04.agosto.2018.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1975.

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade Sexual e Serviço Social: Elementos de uma prática profissional para o enfrentamento à violência LGBT**. 2011. 121 p. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO. J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.